

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.425 - SP (2019/0038377-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ROBERTO RAMOS E OUTRO(S) - SP133318
AGRAVADO : CELIO ROBERTO DE OLIVEIRA PINTO
REPR. POR : CELIO DE SOUZA PINTO
ADVOGADOS : MARIA BEATRIZ BEVILACQUA VIANA GOMES E OUTRO(S)
- SP099805
GUILHERME GUERRA SARTI - SP224204
LUDWIG JOSÉ DE CAMPOS LOPES - SP292257

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **Fazenda do Estado de São Paulo** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 352):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA CONDENADA A ARCAR COM OS CUSTOS DE INTERNAÇÃO DE PACIENTE AUTISTA EM CLÍNICA PARTICULAR ANTE A INDISPONIBILIDADE DE UNIDADE DE INTERNAÇÃO ESPECIALIZADA NO ESTADO DE SÃO PAULO. AGRAVANTE QUE, DESDE ENTÃO, VINHA SE SUBMETENDO AO TRATAMENTO EM CLÍNICA PARTICULAR FORA DO ESTADO DE SÃO PAULO, TAL COMO HAVIA DETERMINADO DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. Decisão agravada que acolheu pedido da Fazenda Estadual e determinou a transferência do agravado para o Centro de Desenvolvimento do Portador de Deficiência Mental CEDEME, instituição pública vinculada ao Governo Estadual. Decisão que merece ser reformada. Ausência de fundamentação válida a justificar essa transferência.

Hipótese em que o agravante encontra-se perfeitamente adaptado ao local em que já está internado. Documentação trazida aos autos, ademais, que demonstrou não estar o CEDEME capacitado para receber o agravante. AGRAVO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 (fls. 374/377).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 489, § 1º, IV, 502, 503, 1.015, parágrafo único, 505, I, e 357 do CPC/2015. Sustenta que: **(I)** o Tribunal de origem foi omissivo; **(II)** o tribunal de origem não poderia ter julgado de plano um pedido de revisão de sentença mandamental, o que fulminou o direito da parte à produção de provas; e **(III)** houve malferimento à coisa julgada.

Contrarrazões às fls. 392/406.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo não provimento do agravo (fls. 462/467).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No tocante à alegada violação aos arts. 502, 503, 1.015, parágrafo único, 505, I, e 357 do CPC/2015, a tese central da agravante é no sentido de que o acórdão recorrido teria estipulado verdadeira alteração de sentença mandamental, medida que seria insuscetível de ser realizada por meio de agravo de instrumento, além de ferir o disposto na coisa julgada, bem como o direito da parte à dilação probatória a ser realizada em primeira instância.

Contudo, a leitura do acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* revela que, em verdade, a Corte de origem entendeu pela incapacidade do CEDEME em prover o adequado tratamento e acompanhamento médico da parte recorrida, razão pela qual a transferência do paciente pleiteada pelo Estado de São Paulo não seria cabível e não coadunaria com o título judicial. Veja-se:

Dito isso, é imperioso a manutenção do agravante na

Superior Tribunal de Justiça

instituição em que se encontra, já que o autista tem direito ao melhor tratamento especializado, o que, engloba, inclusive, instituições particulares.

Não se desconhece que o Estado, ora agravado, tem total legitimidade em buscar oferecer alternativas para atender às necessidades do agravante. No entanto, tais alternativas não de ser tomadas sempre no interesse do incapaz. **Foi nesse sentido que caminhou a sentença e o v. acórdão que condenou a Fazenda a arcar com os custos de internação do agravante, paciente autista, em clínica particular ante a indisponibilidade de unidade de internação especializada no Estado de São Paulo.** Não se tratou, portanto, de uma mera escolha dos genitores do agravante em interná-lo em outro Estado.

Ao contrário, a r. sentença transitada em julgado, antes de tudo, deu-se no interesse do agravante e é com esse viés que ela deve ser executada.

[...]

Ainda nesse passo, nota-se que referida transferência não foi apreciada a partir dos elementos trazidos aos autos, com destaque para o fato de que a equipe multidisciplinar que teria elaborado o laudo avalizando referida transferência era composta de uma clínica geral e de uma assistente social quando as doenças que acometem o agravante devem ser tratadas por psiquiatras e neurologistas **com acréscimo de que o próprio CEDEME, por sua diretoria técnica, confirma não possuir uma área especializada para o tratamento de autismo de alta gravidade.**

[...]

Por tudo isso, evidenciado que o agravante corre o risco de regredir, se transferido para o CEDEME, de rigor a reforma da decisão recorrida para tornar definitiva a liminar anteriormente concedida, determinando a sua permanência no CENSA, mediante custeio integral pelo Poder Público.

Esse entendimento restou reforçado quando do julgamento dos aclaratórios

(fl. 376):

E, com base nos fundamentos referidos, não tinha a Turma julgadora de se estender em outras considerações, que não aquelas que ali foram consignados, inclusive sobre o pedido de conversão do julgamento em diligência, já que absolutamente desnecessária para o deslinde do julgamento deste agravo de instrumento.

Superior Tribunal de Justiça

Tendo sido comprovado, cabalmente, a falta de capacidade do CEDEME em acolher o embargado, ora agravante, inclusive por meio de declaração firmada pela própria funcionária do dito estabelecimento, a diligência aqui requerida mostra-se absolutamente desnecessária, lembrando que cabe ao Juiz zelar pela rápida solução do litígio e de indeferir diligências inúteis. A partir daí, nada mais precisa ser dito, lembrado que não seria necessário que o Tribunal Estadual respondesse, item por item, artigo por artigo, a todas as alegações e indagações deduzidas pela parte interessada, porque o julgamento não se constitui em uma espécie de jogo de perguntas e respostas, sobretudo quando nada há o que responder.

Nesse contexto, os trechos do acórdão recorrido acima citados revelam que a adoção da premissa assumida pela recorrente, no sentido de que o órgão julgador *a quo* estaria promovendo verdadeira reforma de sentença transitada em julgado, é matéria que demanda novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, em especial o título executivo, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL E CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. MAGISTÉRIO. ÍNDICE DE 28,86%. VENCIMENTOS E REMUNERAÇÃO. FUNÇÃO GRATIFICADA. SÚMULA 83/STJ. COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ.

1. [...]

2. Modificar o acórdão recorrido quanto à coisa julgada e à preclusão, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em vista do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.697.911/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 21/11/2017, DJe 19/12/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA. INTERPRETAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. [...]

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o acolhimento da pretensão recursal, a fim de reconhecer a ofensa à coisa julgada na interpretação do título executivo judicial, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ" (STJ, AgInt no AREsp 1.036.425/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 11/05/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.659.711/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017; AgRg no REsp 1.353.076/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 05/04/2016; AgRg no AREsp 10.737/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 22/03/2012; AgRg no REsp 1.015.470/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 04/08/2008.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.107.326/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017)

Ao não se adotar premissa de violação à coisa julgada, não há como reconhecer as teses de não cabimento do agravo de instrumento e de que o órgão julgador teria proferido, em momento processual inoportuno, decisão equivalente a sentença judicial.

Ademais, quanto ao argumento de que o julgamento da matéria pela Corte de origem malferiria seu direito à produção de provas, a tese também não prospera. Isso porque, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, deferindo ou indeferindo a produção de novo material probante, seja ele testemunhal, pericial ou documental.

A propósito, anatem-se os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DESVIO DE FUNÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. [...].

2. [...].

Superior Tribunal de Justiça

3. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos.

4. [...].

5. [...].

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.387.792/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/9/2013, DJe 18/9/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DESVIO DE FUNÇÃO. TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. DESVIO DE FUNÇÃO NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. [...].

2. Não há cerceamento do direito de defesa quando o Tribunal de origem entende desnecessária à produção da prova oral postulada, porquanto as provas produzidas são suficientes para a formação do convencimento do julgador e para o julgamento antecipado da lide, sendo desnecessária a produção de prova oral. Reconhecer que as provas produzidas eram insuficientes para a formação do convencimento do julgador, exige o reexame do conjunto probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Tendo o Tribunal de origem reconhecido que as tarefas desempenhadas pela autora não eram exclusivas do cargo de Analista Previdenciário, o que descaracteriza o alegado desvio de função, o acolhimento de tese em sentido contrário, a fim de reconhecer a existência do desvio, exige o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado por força da Súmula 7/STJ.

4. [...].

5. *Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1.394.093/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 24/9/2013, DJe 2/10/2013)

No caso concreto, o Tribunal *a quo*, ao examinar o conjunto fático-probatório dos autos, considerou desnecessárias as provas pretendidas pela ora

Superior Tribunal de Justiça

agravante, tendo entendido pela reforma do *decisum* interlocutório ante a suficiência da comprovação de incapacidade do CEDEME em fornecer o atendimento adequado ao ora agravado.

Dessa forma, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, também quanto a esse ponto, exame do acervo probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator